



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-SA/2026

PROCESSO SEI Nº 6053.2026/0002110-0

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

LOCAL: PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL - [HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS](https://www.gov.br/compras)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/07/2026 às 10:00 horas (horário de Brasília)

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

FASE DE HABILITAÇÃO: POSTERIOR AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

PREÂMBULO

A **PMSP/SUBPREFEITURA SANTO AMARO**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº **05.568.649/0001-27**, situada na Praça Floriano Peixoto, 54 – Bairro Santo Amaro – CEP: 04751-030 – São Paulo/SP, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a contratação dos serviços descritos na Cláusula 2 - **DO OBJETO** deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - **UASG 927353**, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

1 EMBASAMENTO LEGAL

1.1 O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº **14.133/2021**, do Decreto Municipal nº **62.100/2022**, Decreto Municipal nº **56.475/2015** e da Lei Complementar nº **123/2006**, alterada pela Lei Complementar nº **147/2014** e nº **155/2016**, e das demais normas complementares aplicáveis.

1.2 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente a ABNT NBR 16083, ABNT NBR 16858, NR-10, NR-12 e demais normas de segurança vigentes, bem como legislação municipal pertinente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

2 OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços.

2.1.1 Os serviços serão realizados nas dependências do prédio Sede da Subprefeitura de Santo Amaro, localizada na Praça Floriano Peixoto, 54 – Santo Amaro.

2.1.2 A contratação contemplará 03 (três) elevadores da Marca Atlas Schindler com capacidade para 10 pessoas - 700 (setecentos) quilos cada e 7 (sete) paradas.

2.2 Os serviços serão realizados com o objetivo de manter os equipamentos dentro das condições de utilização, reduzindo as ocorrências de defeitos por desgaste de seus componentes, e garantindo a segurança.

2.3 Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência - **Anexo II**, parte integrante deste edital.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:

a) Atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) - Certificado Digital ICP-Brasil;

a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas;

b) Tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) Não estejam sob processo de falência;

c.1) É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

d) Não estejam constituídas em forma de consórcio;

d.1) A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio justifica-se em razão da natureza e da baixa complexidade técnica e operacional do objeto licitado, o qual pode ser integralmente executado por empresa individualmente considerada, sem necessidade de conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou financeiras. A medida visa assegurar maior eficiência na execução contratual, na fiscalização dos serviços e na apuração de responsabilidades, sem prejuízo à competitividade do certame.

e) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

f) Não se enquadrem nas seguintes vedações de participação (artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021):

f.1) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

f.2) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

f.3) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f.4) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

f.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

f.5) Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

f.6) Não poderão participar da licitação as sociedades cooperativas, nos termos do artigo 10 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto Municipal nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição;

3.2.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.2.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.2.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato;

3.3 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos;

3.4 A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula 1 deste edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

3.5 Da vistoria

3.5.1 As empresas interessadas poderão realizar vistoria técnica no local de execução dos serviços, com a finalidade de conhecer as condições locais, avaliar a natureza dos trabalhos, bem como os materiais, equipamentos e aparelhos necessários à sua execução, obtendo, por sua exclusiva responsabilidade, todas as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da proposta, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por eventual insuficiência dos dados levantados.

3.5.2. Em atendimento ao § 4º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, a vistoria deverá ser previamente agendada junto à Supervisão de Administração e Suprimentos, pelos telefones (11) 3396-6206 ou (11) 3396-6144, e realizada em dias úteis, das 09h00 às 16h00, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.

3.5.2.1 A vistoria será acompanhada por servidor designado pela Subprefeitura Santo Amaro.

3.5.2.2 Na ocasião da vistoria, a empresa interessada deverá apresentar a Declaração de Vistoria, conforme modelo constante do Anexo VIII, a qual será assinada por representante da Subprefeitura Santo Amaro.

3.5.3 A realização da vistoria é facultativa e não constitui condição para participação na licitação. Contudo, após a apresentação da proposta, não serão admitidas alegações posteriores de desconhecimento das condições locais, dificuldades técnicas ou peculiaridades dos serviços como justificativa para o descumprimento das obrigações contratuais, devendo a licitante que optar por não realizar a vistoria apresentar a Declaração de Renúncia à Vistoria, conforme Anexo IX, assinada por seu representante legal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

4.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico subsacplcompras@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

4.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados até o último dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.3 Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.4 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sítio eletrônico oficial e no sistema eletrônico dentro do prazo estabelecido no item 4.2 e vincularão os participantes e a Administração.

4.5 Em nenhuma hipótese serão respondidos esclarecimentos por telefone ou pessoalmente.

5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada exclusivamente, via e-mail, subsacplcompras@smsub.prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

5.1.1 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) Do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

b) Do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2 Caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

5.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto, com valor mensal e global, com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema, bem como aquelas já constantes do Modelo Referencial - Anexo II.

6.1.1 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.1.2 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.

6.1.3 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

6.1.4 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.1.5 Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

6.1.6 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

6.1.7 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no item 8.14 deste edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo III deste edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado.

6.1.8 A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

7.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

7.3 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis ou ilegalidade;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- f) O objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- g) Por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;

7.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

7.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8 ETAPA DE LANCES

8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.3 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 1% (um por cento) entre os lances, conforme parametrização do sistema eletrônico.

8.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

8.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 Para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, estas devem preencher as condições estabelecidas no artigo 1º do Decreto Municipal nº 56.475/2015, alterado pelo artigo 155 do Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislações pertinentes, apresentar a declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme Anexo XII e, obedecer aos procedimentos a seguir:

8.8.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

8.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

8.8.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

8.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.9 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.10 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

8.11 Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar melhores condições.

8.12 Nos termos do disposto no artigo 48 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o Pregoeiro deverá a ela encaminhar contraproposta, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.12.1 Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, se o for caso.

8.12.2 A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, obedecida a ordem de classificação, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.13 A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

8.14 Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contados a partir da solicitação do Pregoeiro, agente ou comissão de contratação, através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta elaborada de acordo com o modelo do Anexo III, atualizada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados e com a negociação realizada, com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

8.14.1 A prorrogação de que trata a cláusula 8.14. poderá ocorrer nas seguintes situações:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

I - Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

II - De ofício, a critério do Pregoeiro, agente ou comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

8.15 Encerrada a negociação, o Pregoeiro, agente ou comissão de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

9.1 No modo de disputa aberto e fechado os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

9.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.3.1 No procedimento de que trata o item supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.3.2 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores.

10 JULGAMENTO

10.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, adotando o critério de julgamento de menor preço global, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste edital e em seus anexos quanto ao objeto, bem como a planilha de composição de custos, conforme exemplo do Anexo III "A".

10.1.1 O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, se for o caso, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

10.1.2 Em caso de incompatibilidade de algum valor com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.

10.2 Será desclassificada a proposta vencedora que contenha vício insanável ou ilegalidade, que o objeto não atenda as especificações deste edital e seus anexos, bem assim que estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente, ou não tiverem sua exequibilidade demonstrada, se exigido pela Administração no momento oportuno ou que apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.2.1 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no edital.

10.2.2 É considerado indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação da licitante.

10.3 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.5 A proposta comercial deverá contemplar todos os requisitos necessários à integral execução do objeto licitado, segundo as condições deste edital e seus anexos.

10.6 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão ou ainda, por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”, sendo ela a única responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.

10.6.1 Ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.

10.7 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

10.8 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências, o pregoeiro desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

10.9 Os resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema e, caso não haja entrega ou ocorra atraso injustificado na entrega de documentos complementares requeridos, a proposta será recusada, seguindo-se a análise da segunda classificada em relação à negociação e sua aceitabilidade, e assim sucessivamente.

10.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.11 Nesta fase, o Pregoeiro e sua equipe de apoio verificarão se a licitante detentora da melhor proposta atende às condições de participação no certame quanto à existência de eventuais sanções que impeçam tal participação e futura contratação, mediante consulta aos cadastros a seguir discriminados, em nome/CNPJ da empresa licitante, matriz e filial, se o caso, e também no nome/CPF de seus sócios majoritários, a saber:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

d) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico <https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes/ui/asp/sancoes.aspx>;

e) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;

f) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

10.11.1 Caso na consulta nos sites indicados constem ocorrências impeditivas, notadamente no SICAF, o pregoeiro deverá diligenciar para verificar suas procedências, devendo também convocar a licitante para manifestação previamente a eventual desclassificação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

10.11.2 Será também consultado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio o CADIN Municipal em nome/CNPJ da licitante, no endereço eletrônico: https://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq_Deb.aspx.

10.11.2.1 Caso a consulta ao CADIN Municipal resulte em ocorrências impeditivas, estas não serão motivo de desclassificação/inabilitação, mas o pregoeiro deverá diligenciar junto à empresa para verificar suas procedências e providências tomadas pela licitante para sua regularização, uma vez que será fato impeditivo para a formalização da contratação, nos termos da legislação pertinente.

10.11.3 Constatada a existência de sanção, a mesma também será analisada observando o disposto no artigo 160 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.12. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11 HABILITAÇÃO

11.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste edital, passar-se-á à fase de habilitação.

11.2 A documentação relativa à habilitação será exigida apenas da licitante vencedora e poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF, observadas as seguintes condições:

11.2.1 Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste edital, o pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

11.2.2 O pregoeiro e sua equipe de apoio alcançarão os documentos exigidos neste edital por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via internet.

11.2.3 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

11.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

11.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste edital.

11.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1 Habilitação jurídica:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista no artigo 27 e 28 da Lei Federal nº 12.690/2012;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado (se aplicável);

c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

as contribuições sociais;

d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante;

d.1) No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder;

e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de regularidade com a Fazenda do Município de São Paulo, relativa aos tributos relacionados com as atividades objeto do pedido de inscrição, mediante a apresentação de certidão de tributos mobiliários expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura do Município de São Paulo;

f.1) A exigência deste item é aplicável também aos interessados com sede fora do Município de São Paulo;

f.2) Caso não seja cadastrado como contribuinte neste Município, deverão apresentar declaração, firmada pelo representante legal, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada devem à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com as atividades objeto do pedido de inscrição;

g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

11.5.2.1 Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativas.

11.5.3 Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, estando elas de acordo com as legislações, normas e pronunciamentos vigentes, respeitando as particularidades dos respectivos regimes tributários;

c) Apresentar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação;

11.5.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura autenticado, em conformidade com disposto no inciso I do art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.5.3.2 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.5.3.3 Apresentar declaração de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), conforme Anexo XIV, comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exceção daquelas que figurem nos itens 11.5.3.1 e 11.5.3.2, que apresentarão apenas 1 exercício social, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

a) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);

b) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);

c) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

11.5.3.3.1 A declaração deverá ser assinada por profissional habilitado da área contábil, conforme § 1º do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Anexo VII).

11.5.4 Qualificação técnica:

11.5.4.1. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÃO(ÕES), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, devidamente datado(s), assinado(s) e com a identificação do atestante, que comprove(m) a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores Atlas fabricados a partir de 1998.

11.5.4.1.1 O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

assinado(s) por autoridade ou representante de quem o expediu, com a devida identificação, devendo conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), comprovando a prestação do serviço de manutenção de elevadores para edifícios com, no mínimo, 01 (um) equipamento com capacidade para 10 pessoas – 700 (setecentos) quilos cada e 7 (sete) paradas, compatíveis ao objeto desta licitação.

11.5.4.1.2 Poderá ser utilizado mais de um atestado para comprovar a qualificação técnica solicitada.

11.5.4.1.2.1 Poderá ser realizada diligência para comprovar a autenticidade do atestado de capacidade técnica.

11.5.4.2 Para fins de qualificação técnico-profissional deverão ser apresentados:

11.5.4.2.1 Comprovação de que possui, em seu quadro permanente, profissional de nível superior detentor de atestado(s) ou certidão(ões) lavrado(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido(s) obrigatoriamente pelos contratantes titulares dos serviços, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(s) da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s) e que comprove(m) a prestação do serviço de manutenção de elevadores para edifícios com, no mínimo, 01 (um) equipamento com capacidade para 10 pessoas – 700 (setecentos) quilos cada e 7 (sete) paradas, compatíveis ao objeto desta licitação.

11.5.4.2.1.1 A comprovação do vínculo entre o(s) profissional(is) e a licitante poderá ser feita mediante apresentação de cópia da carteira de trabalho, do livro de registro, de contrato de prestação de serviços ou do contrato social da empresa.

11.5.4.2.1.2 A comprovação técnica dos profissionais deverá ser realizada mediante apresentação de cópia da carteira profissional expedida pelo CREA.

11.5.4.2.1.3 Os responsáveis técnicos responderão pelos serviços caracterizados nas especificações da licitação, respeitadas as respectivas atribuições legais, na forma da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e das Resoluções do CONFEA.

11.5.4.2.2 Comprovação de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

11.5.4.2.2.1 Caso a licitante seja registrada em CREA de outro Estado, deverá providenciar o visto do CREA-SP apenas por ocasião da celebração do contrato.

11.5.4.2.2.2 Registro de Empresa Conservadora de Aparelhos de Transporte Vertical e Horizontal, fornecido pelo Departamento de Controle do Uso de Imóveis – CONTRU, comprovando sua habilitação para a execução dos serviços, conforme Decreto Municipal nº 52.340/2011.

11.5.4.2.3 Declaração de que, na execução dos serviços, obedecerá às Normas Técnicas da ABNT, inclusive à NBR 10982/1990, às orientações do fabricante dos equipamentos e às legislações pertinentes e aplicáveis

11.5.5. Outros documentos:

a) Declaração geral (Anexo XI);

b) Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a fazenda do Município de São Paulo (Anexo IV);

c) Declaração de enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte, quando aplicável (Anexo V);

d) Declaração de não inscrição no CADIM.

11.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no presente edital.

11.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições gerais que seguem:

11.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 6 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

11.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.6.3 Os documentos emitidos via internet serão conferidos pelo pregoeiro ou sua equipe de apoio.

11.6.4 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.4.1 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

11.6.4.2 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.6.5 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

11.6.6 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

11.6.7 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado.

11.6.8 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do edital, ela será inabilitada.

11.6.9 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, § 2º, do Decreto Municipal nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto Municipal nº 56.475/2015.

11.6.10 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o edital.

11.6.11. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante melhor classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

11.6.12. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.6.13. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste edital e seus anexos, o pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12 FASE RECURSAL

12.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

12.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

aproveitados.

12.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

14.1 O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante adjudicatária.

14.2 Nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida pela execução contratual.

14.3 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3.1 Após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação da contratada, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389/2017 e da Portaria SF nº 142/2023, incidente sobre os valores unitários contratados, exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

14.3.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando-se eventual diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.3.4 Nas aferições finais, será obrigatoriamente utilizado o índice definitivo.

14.3.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, aquele que vier a ser determinado pela legislação então vigente.

14.3.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, mediante termo aditivo.

14.3.7 Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele previsto nesta cláusula não geram, por si sós, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14.3.8 Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fato imprevisível, previsível de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou álea econômica extraordinária e extracontratual.

14.3.9 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste, atualização, compensação, penalização financeira, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração de razão social, denominação social ou empenho poderá ser realizada por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 137 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

14.3.10 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos por culpa exclusiva da contratante.

14.3.11 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em decorrência da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

14.4 Os recursos necessários para suporte do contrato onerarão a dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente.

15 CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR

15.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo I deste edital.

15.2 Para a formalização do ajuste, a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

15.2.1 Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN Municipal, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto Municipal nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

15.2.2 A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste edital.

15.2.3 Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autênticas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação, e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

15.3 O prazo para assinatura do contrato será de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no item 18 deste edital.

15.3.1 O prazo para formalização do ajuste poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.3.2 O contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração e/ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

15.4 É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova sessão pública, ou revogar a licitação.

15.4.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.

15.4.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgado nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.

15.4.3 Na sessão, o pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

15.5 A contratada:

a) Não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;

b) Deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual;

c) Deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual.

15.6 Deverá ser prestada garantia para contratar, antes da lavratura do termo contratual, no valor de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

5% (cinco inteiros por cento) do valor total do contrato.

15.7 A garantia será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.8 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de forma a que corresponda sempre à mesma percentagem estabelecida.

15.9 O não cumprimento do disposto na cláusula supra ensejará aplicação da penalidade.

15.10 A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa nº 02/2012 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

15.11 A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa nº 02/2012 – PGM.

15.12 A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 15.7.

16 PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

16.1 A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar no termo de contrato, cuja minuta é o Anexo I deste edital.

16.1.1 O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminados no Anexo III deste edital, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

16.1.2 O prazo de execução do contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, desde que haja concordância das partes, a contratada tenha cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na minuta de contrato - Anexo I deste edital.

16.2 Caso a contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste, deverá comunicar este fato por escrito à contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

16.2.1 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

16.2.2 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

16.2.3 Não obstante o prazo estipulado no subitem 16.1.2, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas leis orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

17 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

17.1 As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta do termo de contrato, Anexo I deste edital.

17.2 Observar-se-á o disposto nos artigos 117 a 122 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, a respeito da nomeação do gestor e fiscal e acompanhamento da execução do objeto, até o seu término.

18 PENALIDADES

18.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

14.133/2021 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/2022. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b) Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em assinar o termo de contrato, dentro do prazo estabelecido neste edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste, se firmado fosse;
- b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura; incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto;
- c) À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou empresa de pequeno porte não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e das peculiaridades do caso concreto.

18.4 As penalidades serão aplicadas conforme previsão expressa da minuta do termo de contrato - Anexo I, integrante deste edital.

18.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

18.6 Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à autoridade competente e protocolizado nos dias úteis, das 10h00 às 17h00.

18.6.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

18.6.2 Caso a contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste edital.

18.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, caput e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente, no que couber, inclusive as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

19.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.5 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste edital, aplicáveis à execução dos contratos, especialmente nos casos omissos.

19.7 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.8. O pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.9 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo pregoeiro, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes.

19.10 Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da contratada, a ata da licitação e o edital da licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

19.11 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.12 A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

19.13 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

19.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.15 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do pregoeiro.

19.16 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.17 O resultado deste pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

19.18 O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

19.19 O edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.

19.20 As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão resolvidas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 62.100/2022.

19.21 Qualquer divergência entre as especificações contidas no Anexo II deste edital e as constantes no catálogo de serviços afeto ao sistema Compras.gov prevalecerão, para todos os efeitos, as do Anexo II.

19.22 Fica desde logo eleito o foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública – para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

20 ANEXOS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO
ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO IV - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO - CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL – CADIM
ANEXO VII - CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
ANEXO VIII – MODELO DECLARAÇÃO DE VISTORIA
ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO AUSENCIA DE VISTORIA
X- MODELO DECLARAÇÃO GERAL

São Paulo, 19 de junho de 2026.

Angela Maria Silva Lopes
Pregoeira
SUB-SA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO I

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº XX/SUB-SA/2026
PROCESSO Nº 6053.2026/0002110-0

REFERÊNCIA: PREGÃO Nº 90004/SUB-SA/2026

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços.

CONTRATANTE: PMSP/SUBPREFEITURA SANTO AMARO

CONTRATADA:

O Município de São Paulo, por meio da **Subprefeitura Santo Amaro**, inscrita no CNPJ nº 05.568.649/0001-27, com sede na Praça Floriano Peixoto, 54, CEP 04751-030, neste ato representada pelo (a) Senhor (a), Subprefeito (a), no uso da competência conferida pela legislação aplicável, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº, com sede na, neste ato representada pelo (a) Senhor (a), cujos documentos legais encontram-se juntados ao processo, adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no processo acima citado e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços.

1.2 Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo II do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL E HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços serão realizados nas dependências do prédio Sede da Subprefeitura de Santo Amaro, localizada na Praça Floriano Peixoto, 54 – Santo Amaro

2.2 Os serviços de reparos preventivos, dentro do horário de expediente, das 8h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira, através de funcionários especializados da Contratada, uniformizados e devidamente identificados, para manter os equipamentos dentro das condições de utilização, com o objetivo de reduzirem as possibilidades de ocorrência de defeitos por desgastes de seus componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

3.1 O prazo de execução do contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do presente instrumento, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, desde que haja



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

concordância das partes, a contratada tenha cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

3.1.1 Caso a contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste, deverá comunicar este fato por escrito à contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

3.1.2 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, o ajuste poderá ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

3.1.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

3.1.4 Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas leis orçamentárias de cada exercício, para atender às respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

4.1 O valor total do contrato para o período de 12 (doze) meses é de R\$
(.....).

4.1.1 O valor mensal do contrato é de R\$
(.....), correspondendo à remuneração dos seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT-SER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Serviços continuados de revisão, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de 03 (três) elevadores, conforme anexo II do Edital.		Unidade	3 Elevadores

4.2 Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão incluídos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3 Para fazer às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº..... no valor de R\$.....onerando a dotação orçamentária nº..... do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4 Os pedidos de repactuação serão analisados no prazo de até **45 (quarenta e cinco)** dias, observado o procedimento previsto nos arts. 129 a 137 do Decreto Municipal nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022.

4.5 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6 As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7 Os preços contratuais serão reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.7.1 O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

da Portaria SF n.º 389/17, bem como Decreto Municipal n.º 57.580/17.

4.7.1.1 Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 4.7.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7.2. Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da CONTRATADA:

a) Indicar, por ocasião da assinatura do termo contratual, o preposto titular e seu respectivo suplente responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços. Deverão ser fornecidos os canais de comunicação (telefone e e-mail) para acionamento imediato por parte da fiscalização, sempre que julgado necessário.

b) Garantir total qualidade dos serviços contratados;

c) Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, ANEXO II do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;

d) Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

e) Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;

f) Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;

g) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

h) Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;

i) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

j) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;

k) Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.1 A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo II do Edital, cabendo-lhe especialmente:

a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

d) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

- atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- i) Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/22;
- j) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- k) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.2 A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.3 A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.2 Em conformidade com a Portaria SF nº 275/2024, o processo de liquidação e pagamento das despesas será formalizado pelo fiscal do contrato em expediente devidamente autuado, com a juntada dos seguintes documentos, em ordem cronológica, conforme o caso:

- a) requisição da prestação dos serviços;
- b) nota fiscal eletrônica de serviços ou documento equivalente;
- c) medições detalhadas comprovando a execução dos serviços, relativas ao período a que se refere o pagamento;
- d) ateste da nota fiscal, conforme disciplinado no artigo 120, inciso III, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, de acordo com o Anexo Único da Portaria SF nº 275/2024.

7.2.1 Por não se tratar de contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, não serão exigidos os documentos previstos no item 7.2.2, aplicando-se somente a documentação pertinente prevista na Portaria SF nº 275/2024.

7.2.2 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do ateste efetuado pela fiscalização, condicionado à entrega de todos os documentos exigidos.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

8.1 O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas complementares aplicáveis.

8.2 O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3 A contratante se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, desde que cumpridas as obrigações assumidas pelas partes.

8.5 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, quando o contratante não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, sem prejuízo das indenizações cabíveis, quando for o caso.

8.6 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.6.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1 A execução dos serviços será realizada conforme o Termo de Referência, Anexo II do edital da licitação que precedeu este ajuste, o qual integra o presente contrato para todos os fins.

9.2 A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização da contratante, devendo o respectivo ateste acompanhar os documentos para fins de pagamento, conforme disposto na Cláusula Sétima.

9.2.1 A fiscalização será exercida de acordo com o artigo 121 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3 O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas municipais pertinentes.

9.4 O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no período, emitido pela contratada, o qual será submetido à fiscalização da contratante que, após conferência, atestará a adequada execução dos serviços. O ateste deverá ser acompanhado de nota fiscal/fatura, bem como da cópia da nota de empenho, para fins de pagamento.

9.5 Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.5.1 O recebimento e aceite do objeto pela contratante não excluem a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou por eventual desconformidade com as especificações estabelecidas no Anexo II, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Constitui infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a prática de quaisquer atos que comprometam a execução do contrato, sujeitando a contratada às sanções previstas no artigo 156 da referida Lei, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

10.2 A contratada que incorrer em infração administrativa ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as circunstâncias do caso concreto;
- c) os danos causados à Administração;
- d) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- e) a existência de programa de integridade, quando aplicável.

MULTAS

10.4 A contratada estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

- a) multa de **1% (um por cento)** sobre o valor do contrato, por dia de atraso no início da execução dos serviços, limitada a 10 (dez) dias;
- b) ultrapassado o prazo acima, poderá ocorrer a rescisão contratual, com aplicação de multa de até **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato;
- c) multa por inexecução parcial: até **20% (vinte por cento)** sobre o valor da parcela não executada;
- d) multa por inexecução total: até **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato.

SISTEMA DE PONTUAÇÃO

10.5 A falha na execução do contrato estará configurada quando a contratada atingir o total de 100 (cem) pontos, conforme tabelas abaixo, observada a graduação das infrações.

10.6 Os pontos terão validade de 12 (doze) meses, contados da aplicação da penalidade.

10.7 Em caso de interposição de recurso administrativo, os pontos ficarão suspensos até decisão final.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

TABELA 1 – GRAU DA INFRAÇÃO

GRAU	PONTOS
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

TABELA 2 – CORRESPONDÊNCIA

GRAU	MULTA
1	0,2% do valor mensal
2	0,4% do valor mensal
3	0,8% do valor mensal
4	1,6% do valor mensal
5	3,2% do valor mensal
6	4,0% do valor mensal

TABELA 3 – INFRAÇÕES

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	6	Por dia e por tarefa designada
2	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado	5	Por ocorrência
3	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados	1	Por empregado e por dia
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem anuência prévia do CONTRATANTE	4	Por empregado e por dia
6	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	1	Por empregado e por ocorrência
7	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório, como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência
8	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior	2	Por ocorrência
9	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	3	Por ocorrência
10	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato	5	Por ocorrência



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

11	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável	1	Por item e por ocorrência
12	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	1	Por empregado e por dia
13	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	2	Por empregado e por dia
14	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por item e por ocorrência
15	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO	1	Por ocorrência
16	Deixar de cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados	1	Por ocorrência
17	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO	2	Por ocorrência
18	Deixar de efetuar a reposição de empregados faltosos	2	Por ocorrência
19	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas	6	Por mês
20	Deixar de efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS	6	Por mês
21	Deixar de entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida no Edital e seus anexos	1	Por empregado e por dia
22	Deixar de manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços	1	Por ocorrência e por dia
23	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas	2	Por ocorrência e por dia
24	Deixar de creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração	1	Por ocorrência e por dia
25	Deixar de entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento	1	Por ocorrência e por dia



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

26	Deixar de apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.)	4	Por ocorrência
27	Deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato	2	Por ocorrência e por dia
28	Deixar de manter em estoque equipamentos discriminados em contrato, para uso diário	2	Por item e por dia
29	Deixar de fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los	2	Por empregado e por ocorrência
30	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência
31	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora	2	Por item e por ocorrência
32	Deixar de substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da contratante	2	Por dia
33	Deixar de providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade do sistema predial	4	Por ocorrência
34	Deixar de cumprir o programa periódico de manutenção preventiva determinada em Contrato	3	Por item e por ocorrência

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.8 As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.9 As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme o caso.

10.10 O valor das multas poderá ser descontado dos pagamentos devidos à contratada, da garantia contratual ou cobrado administrativamente.

10.11 Caso os valores sejam insuficientes, a contratada deverá recolher a diferença no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.12 Os valores não pagos poderão ser inscritos em dívida ativa.

10.13 A garantia contratual deverá ser recomposta no prazo de até 10 (dez) dias úteis, quando utilizada para cobertura de multas.

10.14 A rescisão contratual observará o disposto no artigo 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.15. Das decisões de aplicação de penalidades caberá recurso, nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.16 O procedimento de aplicação das sanções observará o Decreto Municipal nº 62.100/2022.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

11.1 A garantia para o cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento será vinculada ao processo administrativo nº

11.2 Na hipótese de aumento do valor do contrato, a garantia deverá ser reforçada na mesma proporção e, na hipótese de prorrogação de prazo, deverá ser prorrogada na mesma proporção, quando se tratar de garantia prestada na modalidade fiança bancária ou seguro garantia, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**.

11.3 O não cumprimento do disposto nos itens 11.1 e 11.2 ensejará a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

11.4 A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa nº 02/2012 – PGM, e/ou de multas aplicadas à contratada.

11.5 A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da contratada, acompanhado de comprovação da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar responsabilidade subsidiária da Administração Pública, nos termos da Orientação Normativa nº 02/2012 – PGM.

11.6 A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, desde que mantidas as condições inicialmente exigidas, observadas as modalidades previstas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da adequada alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o fiel cumprimento do contrato.

12.2 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidor(es) designado(s) pela contratante, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 117 a 122 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

12.3 Caberá ao gestor e ao(s) fiscal(is) do contrato, no âmbito de suas atribuições:

- a) acompanhar a execução contratual e verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- b) registrar as ocorrências verificadas durante a execução dos serviços e adotar as providências necessárias à regularização de eventuais falhas;
- c) atestar a execução dos serviços para fins de pagamento;
- d) solicitar, quando necessário, a substituição de empregados da contratada que não atendam às condições exigidas para a execução dos serviços;
- e) comunicar à autoridade competente as irregularidades que possam ensejar a aplicação de penalidades.

12.4 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ATENDIMENTO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 56.633/2015

13.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou prometer dar a quem quer que seja, nem aceitar ou prometer aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de terceiros, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou ato de corrupção, seja de forma direta ou indireta, relacionada ou não ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores atuem em conformidade com o disposto nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Nenhuma tolerância das partes quanto ao descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

14.2 Todas as comunicações, avisos ou solicitações, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento deste contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

Contratante:

Contratada:

14.3 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

14.4 A contratada declara que tem pleno conhecimento de todos os elementos constantes deste contrato, bem como das condições gerais e específicas de seu objeto, não podendo alegar desconhecimento para justificar o inadimplemento de suas obrigações.

14.5 A Administração reserva-se o direito de executar, por meio de outras contratações, nos mesmos locais, serviços distintos daqueles abrangidos neste contrato.

14.6 A contratada deverá comunicar à contratante toda e qualquer alteração em seus dados cadastrais, sendo sua obrigação manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.7 No ato da assinatura deste contrato, foram apresentados os documentos exigidos para habilitação e contratação, conforme previsto no edital.

14.8 Integram este contrato, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que lhe deu origem, seus anexos, a proposta da contratada e demais documentos constantes do processo administrativo nº

14.9 O presente contrato, o recebimento de seu objeto, suas alterações e eventual extinção obedecerão às disposições do Decreto Municipal nº 62.100/2022, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, inclusive quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.1. E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

CONTRATANTE

SUBPREFEITO
SUB-SA

CONTRATADA

NOME:
CARGO:

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores incluindo o fornecimento de peças, componentes e acessórios de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, com o objetivo de manter os equipamentos dentro das condições de utilização, reduzindo as ocorrências de defeitos por desgaste de seus componentes, e garantindo a segurança.

1.2. Local de prestação de serviços: Os serviços serão realizados nas dependências do prédio Sede da Subprefeitura de Santo Amaro (**SUB-SA**), localizada na Praça Floriano Peixoto, 54 – Santo Amaro

1.3 Quantidade: 03 (três) elevadores da Marca Atlas Schindler com capacidade para 10 pessoas - 700 (setecentos) quilos cada e 7 (sete) paradas.

1.4 Especificações resumidas dos elevadores:

Elevador	Unidade	Tipo de utilização	Marca	Nº de paradas	Capacidade
1	SUB-SA	Passageiro	ATLAS	7	10 passageiros ou 700 kg
2	SUB-SA	Passageiro	ATLAS	7	10 passageiros ou 700 kg
3	SUB-SA	Passageiro	ATLAS	7	10 passageiros ou 700 kg

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, conforme previsão de vigência no instrumento contratual, prorrogável, na forma dos artigos 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de **10 (dez) anos**, nos termos do **art. 107** da referida Lei, mediante demonstração de vantajosa economicidade para a Administração e anuência da contratada.

2 CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

2.1 Manutenção Preventiva

2.1.1 Consiste na adoção e aplicação de um conjunto de procedimentos técnicos, por meio da realização de inspeção minuciosa, destinados a prevenir ocorrências de quebras ou defeitos dos equipamentos/elevadores, tais como: lubrificação de peças, limpeza, regulagem, ajuste geral nos sistemas de controle, comando e instalações, nos equipamentos mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos ou pneumáticos, bem como medições de voltagem, amperagem, temperatura ambiente, entre outras, de modo a conservá-los em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos/elevadores, propiciando seu funcionamento seguro, eficiente e econômico.

2.1.2 Deverá ser procedida através de 01 (uma) visita mensal, dentro do horário de expediente, das 8h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira, através de funcionários especializados da Contratada,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

uniformizados e devidamente identificados, para manter os equipamentos dentro das condições de utilização, com o objetivo de reduzir as possibilidades de ocorrência de defeitos por desgastes de seus componentes, constituindo tais serviços:

2.1.2.1 Vistoria e manutenção preventiva dos equipamentos da casa de máquinas, caixa, poço, pavimentos, relês, chaves, contatos, conjuntos eletrônicos e demais componentes do armário de comando, seletor de despacho, redutor, rolamentos, mancais, freios da máquina de tração, coletor, escovas, rolamentos, mancais do motor e gerador, limitador de velocidade, aparelho seletor, fitas, pick-ups, cavaletes, interruptores e condutores, limites e guias, cabos de aço, cabos elétricos, dispositivos de segurança, contra peso, para choques, polias diversas, rampas mecânicas e eletromagnéticas, cabina, portas, sensores, botoeiras, operadores elétricos, fechadores, trincos, fixadores, tensores, correções, sinalizadores e demais equipamentos, procedendo a testes, regulagens, lubrificação, reparos e ajustes que se fizerem necessários, deixando os equipamentos em perfeito estado de funcionamento e uso, bem como executar a limpeza da cabine, dos poços dos elevadores e da casa de máquinas.

2.1.2.2 Substituição de todas as peças e componentes gastos pelo uso, ou que apresentarem defeitos.

2.1.2.3 Deverão ser fornecidos pela Contratada todos os lubrificantes e materiais de consumo para a realização dos serviços de manutenção e limpeza, tais como graxas, estopas, materiais de limpeza, etc.

2.1.2.4 As peças, materiais, acessórios ou componentes que sofrerem desgaste e inclusive os danificados pelo Contratado deverão ser substituídos por outros novos e originais ou similares de qualidade igual ou superior, de primeira qualidade e estar de acordo com as especificações técnicas, mantendo as características originais dos elevadores, devendo ser submetidas à prévia aprovação do Gestor do Contrato do Contratante, antes da execução dos serviços, que poderá, caso julgue necessário, exigir da Contratada a comprovação da procedência por meio de Notas Fiscais. Se julgado necessário, o Gestor do Contrato da Contratante poderá solicitar a Contratada a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos referidos materiais utilizados na reposição de itens danificados ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade das peças, acessórios ou componentes empregados nos serviços.

2.1.2.5 Após a realização dos serviços, uma etiqueta deverá ser afixada pela Contratada, em local visível, na cabine do elevador, constando a data do serviço prestado e o nome do Responsável Técnico e apresentar à Contratante relatório legível, do qual constarão as ocorrências executadas, inclusive as decorrentes de substituição de peças ou componentes, sendo assinado pelo técnico responsável da Contratada.

2.1.3. Caso não seja possível realizar todos os serviços de manutenção preventiva em uma única visita, a Contratada deverá retornar nos dias subsequentes, quantas vezes forem necessárias, até que o(s) equipamento(s)/elevador(es) esteja(m) em perfeitas condições de operação, de uso e de segurança.

2.1.3.1 Quando o equipamento/elevador estiver parado para manutenção, deverá ser devidamente sinalizado, **em todos os pavimentos**, a fim de evitar acidentes, como a queda no fosso do elevador por usuário desavisado.

2.1.4 Após cada execução dos serviços de manutenção preventiva, uma etiqueta deverá ser afixada pela Contratada, em local visível, na cabine do elevador, constando a data do serviço prestado e o nome do Responsável Técnico executor. A relação de peças, materiais, acessórios ou componentes aplicados durante a execução dos serviços de manutenção deverá constar

2.1.5 A empresa deverá executar os serviços de manutenção de acordo com as Normas Técnicas Oficiais, principalmente conforme Decreto Municipal nº 52.340 de 25 de maio de 2011.

2.1.6 Mensalmente a CONTRATADA deverá realizar inspeção/manutenção de caráter preventivo,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

independente de solicitação, porém agendada com a CONTRATANTE, encaminhando posteriormente relatório de diagnóstico mensal dos serviços executados, peças e componentes substituídos e quaisquer outras informações pertinentes sobre a manutenção e estado de conservação dos elevadores, a manutenção preventiva destina-se a reduzir a possibilidade de ocorrência de defeitos, falhas ou irregularidades dos elevadores e componentes neles instalados conforme abaixo determinado, a saber:

2.1.6.1 Mensalmente (conservação de rotina): Verificar Painel de Operações e indicador; Limpar portas e contato de emergência; Verificar limites inferiores; Verificar iluminação e subteto; Verificar, limpar e lubrificar polias, guias, cabos e correntes de compensação; Verificar painéis de acabamento, frisos e polia de desvio; Limpar portas e soleiras; Verificar suportes, sinalizadores, limite de redução e descida; Verificar e limpar aparelho de segurança; Verificar, limpar e lubrificar porta de pavimento e fecho eletromecânico, promovendo os ajustes necessários; Verificar máquinas; Verificar limites superiores; Verificar botoeiras e indicadores; Verificar, limpar e lubrificar reguladores de velocidade; Limpar fundo do poço; Verificar e limpar quadro de comando; Verificar, limpar e lubrificar o parador da porta; Verificar, limpar e lubrificar freio e contato; Verificar, Limpar e lubrificar corredeiras inferiores; Verificar, limpar e lubrificar polia tensora; Limpar teto/estrutura; Verificar, limpar e lubrificar o ventilador da cabine;

2.1.6.2 Trimestralmente: Verificar proteção e conexões no painel de força; verificar deslize do contrapeso; Verificar aceleração, desaceleração e nivelamento; verificar motor de indução; verificar fiações; efetuar a limpeza, regulagem, ajuste e lubrificação do(s) equipamentos e o teste do instrumental elétrico e eletrônico, para segurança do uso normal das peças vitais, tais como:

2.1.6.2.1 Na Casa das Máquinas: Máquina: Coroa e sem fim, rolamento de escova e dos mancais do eixo da coroa e da polia de tração, gaxetas, juntas de vedação, aro ou polia de tração, calços de isolamento e lubrificantes. Motor: Estator, bobinas de campo e de interpolo, rotores, armadura, coletor, rolamento, buchas, retentores, acoplamento, escovas, conectores, calços de isolamento e lubrificantes. Gerador: Bobinas de campo e interpolo, conectores, armaduras, coletor, buchas, rolamentos, escova de isolamento e lubrificantes. Freio: Lonas, sapatas, pinos, articulações, buchas, núcleo, bobina, molas, polia, anéis de regulagem. Controle/Seletor: Chaves eletromecânicas, painéis temporizados (circuito impresso), resistências, condensadores, relês de tempo e de sobrecarga, escovas, contatos, transformadores, placas e componentes microprocessadores.

2.1.6.2.2 No Poço e Passadiço (caixa): Cabos de tração, do regulador, de compensação e de manobra, corredeiras das guias ou roldanas dos cursores, fita do seletor ou sensor, chaves de parada e de fim de curso, rampas, sensores eletrônicos, tensor do regulador, aparelho de segurança, para-choques, operador de portas, suspensão da porta, sinalização e botões de cabine.

2.1.6.2.3 Nos Pavimentos: Fechos eletromecânicos, contatos, suspensão de portas, sistemas de proteção de porta, sapatas, botões e indicadores.

2.1.7 Para execução dos serviços o empregado da empresa deverá dirigir-se previamente à fiscalização do contrato e identificar-se, sendo os serviços executados de segunda a sexta, em horário comercial compreendido entre 08:30 às 17:30h.

2.1.8 O relatório de diagnóstico mensal será encaminhado via correio eletrônico (e- mail) logo após a inspeção /manutenção mensal e posteriormente, de maneira formal e assinado pelo responsável técnico da empresa, em anexo à nota fiscal do mês em referência.

2.2 Manutenção Corretiva

2.2.1 Consiste em serviços gerais a serem executados de forma imediata destinados a remover todos os defeitos apresentados pelos elevadores, compreendendo, nesse caso, além da mão-de-obra técnica, o fornecimento e a substituição de peças, inclusive reparos, componentes, acessórios, partes ou outros materiais necessários aos ajustes e reparos para seu pleno funcionamento.

2.2.2 Compreenderão tantas visitas quantas se fizerem necessárias para atendimento de chamadas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

corretivas, através de pedido para a realização de consertos e/ou reparos, substituindo ou reparando componentes para o funcionamento normal dos elevadores, sendo que no caso de algum equipamento não poder ser colocado em funcionamento, a Contratante deverá ser informada sobre as providências a serem tomadas e o tempo estimado para recolocá-lo em funcionamento.

2.2.3 O atendimento das chamadas técnicas durante a prestação de serviços deverá ocorrer dentro dos seguintes limites:

a) Em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, o prazo máximo para início de atendimento, após o encaminhamento da Ordem de Serviço, deverá ser de 40 (quarenta) minutos corridos;

b) Nos demais casos, o prazo máximo para início de atendimento deverá ser 2 (duas) horas úteis, contadas a partir do encaminhamento da Ordem de Serviço e/ou chamado telefônico;

b.1) O prazo de 2 (duas) horas úteis (horas contadas dentro do horário de funcionamento normal do edifício, ou seja, em dias úteis entre 07:00 h e 19:00 h, interrompendo-se a contagem às 19:00 h de um dia e reiniciando-se às 7:00 h do dia útil seguinte);

b.2) No caso de mais de um elevador parados, o prazo máximo de atendimento será reduzido para 1 (uma) hora útil, contada a partir da abertura da Ordem de Serviço e/ou chamado telefônico à CONTRATADA.

c) Em qualquer dos casos, a CONTRATADA fica obrigada a colocar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 3 (três) horas úteis, para ajustes e reparos sem substituição de peças, contadas a partir da comunicação à CONTRATADA;

d) Caso o reparo exija a substituição de peças, o prazo para colocar o elevador em funcionamento será de 02 (dois) dias úteis;

2.2.3.1 Em casos excepcionais de avaria de peça de difícil substituição ou fornecimento, mediante relatório justificado assinado pelo engenheiro supervisor e aceito pelo fiscal do contrato, o prazo estabelecido poderá ser dilatado para até 10 (dez) dias úteis, contados da abertura do chamado.

2.2.4. A Contratada deverá manter um serviço de atendimento de chamadas técnicas, destinado a abertura de chamados para normalização do funcionamento dos elevadores em caso de defeitos ou panes, devendo disponibilizar um site, telefone ou e-mail do setor técnico.

2.2.5 A recusa ou não prestação da assistência técnica dentro do prazo, implicará na aplicação de multa, salvo sob motivo justificado, devidamente comprovado por escrito pela Contratada e aprovado pelo Contratante.

2.2.6 Todas as peças, componentes e materiais substituídos devem ser obrigatoriamente novos, originais e de primeira qualidade, conforme padrões da ABNT e normas especiais complementares, garantindo o perfeito funcionamento dos equipamentos.

2.2.7 As despesas com mão de obra especializada e com substituição e fornecimento de peças, componentes, frete para retirada do(s) equipamento(s), correrão exclusivamente por conta da Contratada, sem qualquer ônus para a Subprefeitura Santo Amaro.

2.2.8 O serviço só será recebido a contento após teste e aprovação pela unidade requisitante.

2.2.9 Após a realização dos serviços, a Contratada deverá apresentar à Contratante relatório legível, do qual constarão as ocorrências executadas, inclusive as decorrentes de substituição de peças ou componentes, sendo assinado pelo técnico responsável da Contratada.

2.2.10 A Contratada deverá manter um plantão de emergência 24 horas, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, para atender casos de urgência, como acidentes, para retirada de pessoas retidas no interior das cabines e paralisação imprevista dos elevadores, devendo disponibilizar o número de telefone para este fim.

2.2.11 Considerando a possibilidade de obsolescência de peças, acessórios, componentes ou



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

materiais do equipamento/elevador em função de atualização tecnológica, a Contratada poderá ofertar a substituição de tais itens, mais econômicos e eficientes, que possuam características inovadoras com melhor rendimento, desempenho e performance de funcionamento, desde que seja submetida à prévia aprovação do Gestor do Contrato, que deverá obter, por escrito, do fabricante do equipamento ou de representante nacional, no caso de equipamento importado, prévia aprovação para que a Contratada promova o fornecimento e a instalação dos referidos itens no equipamento/elevador em manutenção. Os ensaios e as verificações deverão ser providenciados pela Contratada, sem incorrer em ônus adicionais a Contratante e executados por laboratórios aprovados pelo Gestor do Contrato.

2.2.12 Caso não seja possível realizar todos os serviços de manutenção preventiva em uma única visita, a Contratada deverá retornar nos dias subsequentes, quantas vezes forem necessárias, até que o(s) equipamento(s)/elevador(es) esteja(m) em perfeitas condições de operação, de uso e de segurança.

2.1.3.1 Quando o equipamento/elevador estiver parado para manutenção, deverá ser devidamente sinalizado, em todos os pavimentos, a fim de evitar acidentes, como a queda no fosso do elevador por usuário desavisado.

3 VISTORIA PRÉVIA

3.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços **é facultativa** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia ou não, acompanhado por servidor designado para esse fim, **de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.**

3.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

3.3 Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.4 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.5 O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

4 OUTROS REQUISITOS

4.1 Normas de Segurança em Edificações, do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

4.2 Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

4.3 Normas e Regulamentações de Saúde e Meio Ambiente.

4.4 Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT aplicáveis à manutenção de elevadores, em especial a NBR 16083-2012.

4.5 Especificações e recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais empregados.

4.6 Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito municipal, estadual e federal, pertinentes à execução dos serviços, objeto do presente Termo de Referência.

4.7 De acordo com o inciso 1.1 da Decisão Normativa do Conselho Federal de Engenharia e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

Agronomia - CONFEA nº 36/1991 e da Resolução nº 218/73 do referido Conselho, a atividade de manutenção de elevadores somente será executada sob a responsabilidade técnica de profissional autônomo ou empresa habilitados e registrados no Conselho de Classe específico. Assim, tratando-se de serviço de engenharia, deverá ser emitida a competente ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme Lei nº 6.496/77, antes da assinatura do Contrato. O amparo legal também se fundamenta nas Normas ABNT: NBR 10982/1990 e NBR 5666/1977 que normatizam os elevadores elétricos, dispositivo de operação e sinalização, bem como no Decreto nº 5296, de 02/12/2004, artigo 27, §§ 1º, 2º e 3º.

5 PREVENÇÃO DE ACIDENTES

5.1 Durante todo o período de vigência do Contrato a Contratada deverá tomar as providências necessárias quanto a prevenção de acidentes e ter ciência de que:

5.2 A Contratada responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes, zelando pela segurança de suas atividades e de seus funcionários com normas de Segurança do Trabalho quando da realização dos serviços, exigindo que os mesmos observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações.

5.2.1 A Contratada será responsável pelo fornecimento aos seus empregados de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), conforme a necessidade dos serviços prestados, de acordo com a legislação vigente e em conformidade com as exigências da área técnica de segurança do trabalho do CONTRATANTE. A lista de tais equipamentos deverão ser apresentado ao Gestor do Contrato do CONTRATANTE, sempre que solicitada.

5.2.2 Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação de modo a garantir a total segurança do usuário, bem como das pessoas ao redor.

5.2.3 Os empregados da Contratada deverão estar devidamente uniformizados, utilizando-se, inclusive, de todos equipamentos necessários para sua proteção e segurança.

5.2.4 A Contratada deverá prever acidentes a pessoas e materiais, instalando e mantendo cercas, barreiras, tapumes ou outra forma de sinalização indicadora dos riscos sobre as condições perigosas resultantes dos trabalhos.

a) Durante todo o período de vigência do Contrato a Contratada deverá tomar as providências necessárias quanto a prevenção de acidentes.

b) Na execução de serviços não poderão ser usados ferramentas ou sistemas de quaisquer tipos que ocasionem riscos de explosão.

6 SUBSTITUIÇÕES DAS PEÇAS E EQUIPAMENTOS

6.1 Todas as substituições de peças e equipamentos ocorrerão por conta da Contratada, exceto aquelas decorrentes do uso inadequado ou atos de vandalismo dos usuários.

6.2 Serão efetuados os serviços dos itens 1 e 2 e decorrentes, sem ônus para a Contratante, quer na aplicação de materiais auxiliares e lubrificantes especiais, quer na substituição de equipamentos, componentes e peças originais, tais como: máquina de tração, rolamentos, motor, freio, gerador, coletor e escovas; limitador de velocidade; painéis de comando, seletor; despacho, bobinas, relês, conjuntos eletrônicos, chaves e contadores, microprocessador, módulo de potência; cabos de aço e cabos elétricos; aparelho seletor, fita seletora, pick-ups, cavaletes; polias de tração, desvio, esticadora, secundária e intermediária; limites, para-choques, guias, fixadores e tensores; armação de contrapeso e cabina, coxins, freio de segurança, carretilhas de portas, trincos, fechadores, garfos, rampas mecânicas e eletromagnéticas, operador elétrico, bomba hidráulica, correias, correntes e cordoalhas, fotocélulas e sensores infravermelho de portas, botões e outros componentes dos elevadores.

6.3 Estará incluído, também, o fornecimento de lâmpadas, reatores e demais materiais e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

equipamentos elétricos e eletrônicos da iluminação e sinalizadores de pavimentos da cabine e externos dos elevadores, sendo o serviço de troca de responsabilidade da Contratada.

7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL E TÉCNICO-PROFISSIONAL

7.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÃO(ÕES), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, devidamente datado(s), assinado(s) e com a identificação do atestante, que comprove(m) a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores Atlas fabricados a partir de 1998.

7.1.1 O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, assinado por autoridade ou representante de quem o expediu, com a devida identificação, devendo conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), comprovando a prestação do serviço de manutenção de elevadores para edifícios com, no mínimo, 01 (um) equipamento com capacidade para 10 pessoas - 700 (setecentos) quilos cada e 7 (sete) paradas, compatíveis ao objeto desta licitação.

7.1.2 Poderá ser utilizado mais de um atestado para comprovar a qualificação técnica solicitada.

7.1.2.1 Poderá ser realizada diligência para comprovar a autenticidade do atestado de capacidade técnica.

7.2 Para fins de qualificação técnico-profissional deverão ser apresentados:

7.2.1 Comprovação de que possui, em seu quadro permanente, profissional de nível superior detentor de atestado(s) ou certidão(ões) lavrado(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido(s) obrigatoriamente pelos contratantes titulares dos serviços, acompanhado(s) do(s) respectivos(s) Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(s) da(s) região(ões) onde os serviço(s) tenha(m) sido realizado(s) e que comprove(m) a prestação do serviço de manutenção de elevadores para edifícios com, no mínimo, 01 (um) equipamento com capacidade para 10 pessoas - 700 (setecentos) quilos cada e 7 (sete) paradas, compatíveis ao objeto desta licitação.

7.2.1.1 A comprovação do vínculo entre o(s) profissional(is) e a licitante poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho, do livro de registro ou de contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa;

7.2.1.2 A comprovação técnica dos profissionais deverá ser comprovada com cópia da carteira profissional (CREA).

7.2.1.3 Os responsáveis técnicos responderão pelos serviços caracterizados nas especificações da licitação, respeitadas as respectivas atribuições legais, na forma da Lei Federal nº 5.194, de 24.12.66 e Resoluções do CONFEA.

7.2.2 Comprovação de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia – CREA.

7.2.2.1 Caso a licitante seja registrada em CREA de outro Estado, deverá providenciar o visto do CREA-SP apenas por ocasião da celebração do contrato.

7.2.2.2 Registro de Empresa Conservadora de Aparelhos de Transporte Vertical e Horizontal fornecido pelo Departamento de Controle do Uso de Imóveis - CONTRU, comprovando sua habilitação para a execução dos serviços, conforme Decreto Municipal 52.340/2011.

7.2.3 Declaração que, na execução dos serviços, obedecerá às Normas Técnicas da ABNT, inclusive a NBR 10982/1990, as orientações do fabricante dos equipamentos e as legislações pertinentes e aplicáveis aos referidos serviços.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A Contratada terá amplo e livre acesso aos EQUIPAMENTOS objeto deste Contrato nos locais onde se acharem instalados, devendo respeitar todas as normas de segurança adotadas nos locais.

8.2 Os técnicos da Contratada serão obrigados a exibir os documentos da sua identificação pessoal funcional quando se apresentarem, na Contratante e perante seus prepostos, para a realização dos serviços abrangidos por este Contrato.

8.3 São da exclusiva responsabilidade da Contratada, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista, acidentária e civil em relação ao pessoal que a mesma alocar para a prestação dos serviços objeto do presente Contrato, devendo a mesma comprovar, mensalmente, a quitação dos encargos.

8.4 O presente Termo de Referência obriga as partes Contratantes por si e por seus sucessores e não pode ser cedido ou transferido total ou parcialmente a terceiros estranhos a esta contratação, sem o prévio e expresso consentimento da outra parte.

8.5 A Contratante designará um servidor para inspecionar as manutenções efetuadas pelos técnicos da Contratada, bem como para assinar os relatórios apresentados pela Contratada.

9 DO PAGAMENTO:

9.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura, e demais documentos nos Termos da Portaria SF nº 275 de 5 de setembro de 2024

9.2 Todo procedimento para liquidação e pagamento das despesas será aplicado de acordo com a Portaria SF nº 275/2024.

9.2.1 Fica ressalvada qualquer alteração, por parte da Secretaria Municipal de Fazenda, quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

9.3 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da(s) Contratada(s), inclusive os decorrentes de multas.

9.4 Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da(s) contratada(s), a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

9.5 Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a(s) Contratada(s) terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012. É obrigatória a frequência diária no posto.

9.6 A(s) Contratada(s) deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada, devendo estar discriminados detalhadamente: a razão social (conforme nota de empenho), CNPJ, objeto contratado, o período a que se referem, quantidade e o correspondente preço unitário e total.

f) Folha de Medição dos Serviços;

g) Relação atualizada dos empregados vinculados à execução contratual, no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

h) Folha de frequência dos empregados vinculados à execução contratual, no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

i) Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato, no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

j) Guia do FGTS Digital - GFD com seu respectivo comprovante de pagamento, correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

k) Relatório de conferência "Detalhe da guia emitida" do FGTS Digital, com a relação de empregados correspondentes a GFD apresentada, do mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

l) Protocolo da DCTF WEB que demonstre os valores a recolher da Contribuição Previdenciária correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

m) DARF gerado na DCTF WEB, com seu respectivo comprovante de pagamento, referente à contribuição previdenciária (INSS) correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

n) Comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região Metropolitana onde serão prestados os serviços.

9.7 No pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, cópia dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou comprovação de realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços.

9.8 Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

9.9 A não apresentação de certidões negativas de débito, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso;

9.10 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

9.11 As notas fiscais devem ser enviadas à Fiscalização do Contrato do CONTRATANTE, quando solicitadas e no prazo indicado, o qual se dará nos dias iniciais do mês subsequente ao da prestação de serviços. O não envio das notas fiscais quando solicitadas pelo CONTRATANTE, ensejará apuração para eventual aplicação de sanções administrativas.

9.12 A CONTRATADA deverá cadastrar-se e/ou atualizar cadastros em todas as ferramentas eletrônicas e sistemas governamentais necessários à execução do contrato, assumindo o ônus e responsabilidades em caso de não cumprimento, sem prejuízo da apuração de sanções administrativas cabíveis ao caso.

9.13 Dos pagamentos devidos à(s) CONTRATADA(S) poderão ser abatidas ou compensadas quaisquer obrigações financeiras de responsabilidade da(s) CONTRATADA(S), em virtude de penalidades ou descumprimento de obrigações contratuais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

9.14 Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de deduzir do pagamento devido à(s) CONTRATADA(S) as importâncias correspondentes a multas, faltas ou débitos a que porventura tiver dado causa.

9.15 Quando ocorrem atrasos provocados exclusivamente pela CONTRATADA, será apurada a conduta para eventual aplicação de sanções administrativas cabíveis ao caso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-SA/2026
PROCESSO: 6053.2026/0002110-0

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços.

A empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº _____, estabelecida na _____, nº _____, telefone () _____, e-mail _____, propõe prestar os serviços **objeto** do Pregão Eletrônico nº 90004/SUB-SA/2026, nas seguintes condições:

Descrição	Qtd.	Valor unitário mensal	Valor Total Mensal
Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes, para três (03) elevadores da marca Atlas Schindler, com capacidade para 10 (dez) pessoas ou 700 (setecentos) quilos cada, e sete (07) paradas, instalados no edifício-sede da Subprefeitura de Santo Amaro, conforme as especificações constantes no Termo de Referência.	3		

1. Valor mensal da proposta: R\$(.....).
2. Valor global da proposta para 12 (doze) meses: R\$.....(.....).

DAS CONDIÇÕES GERAIS

1. Prazo de execução dos serviços: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do termo de contrato.
2. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da abertura da sessão.

DAS DECLARAÇÕES

1. Declaramos, sob as penas da lei, que temos condições de executar os serviços no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos porventura existentes, bem como que prestaremos os serviços de acordo com as especificações técnicas do Anexo II do Edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

2. Declaramos que nos submetemos a todos os termos e condições do edital relativo à licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e Decreto Municipal nº 62.100/2022, além das demais normas **relacionadas**, que integrarão o ajuste correspondente.
3. Declaramos expressamente que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, de modo que nenhuma outra remuneração será devida em qualquer hipótese, assumindo integral responsabilidade por toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com a prestação dos serviços.
4. Declaramos estar **cientes de que**, para a realização do pagamento, será necessário, caso ainda não possuamos, proceder à abertura de conta corrente em agência do Banco do Brasil de nossa preferência, em atendimento ao disposto no Decreto Municipal nº 51.197/2010.

Local, dede 2026.

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO IV

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA
DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-SA/2026

PROCESSO: 6053.2026/0002110-0

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços.

A empresa _____ inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **Declara**, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

Local, de de 2026.

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-SA/2026

PROCESSO: 6053.2026/0002110-0

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços.

A empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº _____, DECLARA, para os devidos fins:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, estando enquadrada na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;
- b) que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- c) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021; e
- d) que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento da condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

Local, _____ de _____ de 2026.

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO - CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL - CADIM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-SA/2026

PROCESSO: 6053.2026/0002110-0

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços.

A empresa _____, com sede na _____, n.º _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº _____, **Declara**, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que não está inscrita no CADIN - Cadastro Informativo Municipal.

Local, dede 2026.

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO VII - CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-SA/2026

PROCESSO: 6053.2026/0002110-0

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços.

A empresa _____ inscrita no
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, estabelecida na
_____, Bairro _____, Cidade _____, Estado
_____, Telefone (____) _____, vem por meio de seu representante legal abaixo identificado,
demonstrar as seguintes condições:

INDICADORES			
	ANO 1	ANO 2	
1.1 Indicador de Liquidez Geral (LG)		Resultado	Resultado
Valor referencial maior ou a 1 (um), sendo calculado como:			
$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	LG = _____ =	_____ =	_____ =
1.2 Indicador de Solvência Geral (SG)		Resultado	Resultado
Valor referencial maior ou a 1 (um), sendo calculado como:			
$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$	SG = _____ =	_____ =	_____ =
1.3 Indicador de Liquidez Geral (LC)		Resultado	Resultado
Valor referencial maior ou a 1 (um), sendo calculado como:			
$LC = \frac{AC}{PC}$	LC = _____ =	_____ =	_____ =
Onde: AC: Ativo Circulante RLP: Ativo Não circulante Realizável a Longo Prazo PC: Passivo Circulante PNC: Passivo Não circulante AT: Ativo Total PT: Passivo Total			

Local, _____ de _____ de 2026

Assinatura do Responsável pela Empresa Licitante	Assinatura do Contador/Técnico de Contabilidade CRC



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO VIII – MODELO DECLARAÇÃO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-SA/2026

PROCESSO: 6053.2026/0002110-0

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços.

A _____ empresa

inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº _____:

1. **Declara**, conhecer e compreender, por inteiro, o objeto do Pregão Eletrônico nº **90004/SUB-SA/2026**.

2. **Declara**, ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Edital e seus anexos, que o integram, independentemente de transcrição.

3. **Declara**, ainda, ter vistoriado, por meio do seu representante credenciado senhor....., todos os locais de realização dos serviços e estar totalmente cientes todas as dificuldades e peculiaridades do local onde serão executados os serviços.

Local, dede 2026.

(assinatura e identificação do responsável legal pela empresa licitante)

(assinatura e identificação do representante SUB-SA)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO AUSÊNCIA DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-SA/2026

PROCESSO: 6053.2026/0002110-0

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços.

A empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº _____, **Declara**, sob as penas da lei, que temos pleno conhecimento de todas as dificuldades e peculiaridades do local onde serão executados os serviços, objeto do presente certame, estando cientes de que não será aceita, posteriormente, a alegação de situações desconhecidas que possam alterar o bom andamento dos trabalhos, o custo e a conclusão dos serviços.

Local, dede 2026.

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO X- MODELO DECLARAÇÃO GERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SUB-SA/2026

PROCESSO: 6053.2026/0002110-0

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários à execução dos serviços.

A empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal, o(a) Sr.(a)

_____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que:

a) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) não se encontra declarada inidônea, suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

f) não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local, _____ de _____ de 2026.

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)